



Associação Pela Família

CNPJ/MF nº 61.330.817/0001-12

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2010

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em Reais - R\$			
ATIVO	Nota explicativa	2010	2009
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos c/Movimento		129.687	104.381
Aplicações Financeiras	4	9.411.423	7.957.342
Menssaldades a Receber	5	2.492.719	2.390.658
Contas a Receber		39.910	27.581
Adiantamentos	6	232.533	311.245
Despesas Antecipadas		-	2.090
Total do ativo circulante		12.306.262	10.793.297
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo		-	-
Depósitos Judiciais		14.232	16.379
Depósito Caução		21.000	21.000
Imobilizado	7	25.316.203	25.425.551
Intangível	8	116.956	141.759
Total do ativo não circulante		25.468.391	25.604.689
TOTAL DO ATIVO		37.774.672	36.397.986

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em Reais - R\$			
1. CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA é uma pessoa jurídica de direito privado, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover o pleno desenvolvimento da dignidade humana, por meio da educação, sob todas as suas formas. Para realizar seu objetivo social, mantém a Escola Nossa Senhora das Graças e a Nova Escola, onde são concedidas bolsas de estudo, conforme os critérios estabelecidos na Lei 12.101/09 e no Decreto nº 7.237/10, de 20 de julho de 2010, para atender às exigências dessa mesma Lei. O Centro Educacional Colibri foi transferido em escola, tendo sido registrado nos órgãos competentes, em setembro deste ano. Nesse novo estabelecimento de ensino, em 2010, a totalidade dos alunos teve bolsas de 100% (com per cento). A ASPF presta serviço inteiramente gratuito, em centros socioassistenciais, a crianças, adolescentes, homens em situação de rua/abrigamento, a pessoas deficientes e a adultos, em turmas de alfabetização. Escolas: Centro Educacional Colibri: educação infantil e ensino fundamental, com turmas de 1º e 2º ano, em funcionamento desde setembro de 2010. Nova Escola: educação infantil e ensino fundamental e ensino médio. Atendendo ao disposto na Lei 12.101/09, artigo 13º, parágrafo 4, a entidade concedeu bolsas na proporcionalidade abaixo:			
Nº de alunos matriculados nas escolas		1.659	1.494
Proporção para bolsas 100% conforme a Lei 12.101/09		1/9	1/9
1.659/9 =		184	166
% de Bolsas		216	216
Bolsas 100%	ENSG	5	29
Bolsas 50%	NE	22	15
Bolsas % diversos *	COLIBRI	40	87
Total		67	131
* Consoante permite o artigo 31 do Decreto 7.237/10			
Centros:			
• Centro de Convivência Asas Fortes; • Centro de Convivência Clarisse Ferraz Wey; • Centro de Convivência Girassol; • Centro de Convivência Gracinha; • Centro Educacional Colibri; • Centro Social Arco-Íris; • Centro Social Caminho Novo; • Centro Social Jardim Jaqueline; • Educação de Jovens e Adultos ENSG.			
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e especificamente a NBC T 10.19, aprovada pela Resolução CPC nº 877, de 18/04/2000, aplicável a entidades sem fins lucrativos, e demais disposições complementares. No ano de 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, bem como as respectivas alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos sejam expostos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Para fins de divulgação e publicação, todas as demonstrações contábeis já estão em conformidade com a legislação contábil vigente e CPCs, sendo que o plano de contas contábil e suas codificações foram alteradas no período de 2010.			
3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS - a) Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. b) Ajuste do superávit do exercício - As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios. c) Ativos circulantes e não circulantes - Disponibilidades - caixa e equivalentes de caixa - Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. Aplicações financeiras - São registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Menssaldades a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As contas a receber são registradas e mantidas no balanço, pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, considerando o regime de competência de exercícios. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos. Ativo imobilizado - Esses ativos correspondem aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essa finalidade inclusive os decoretes de operações que transferem os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. Ativo Intangível - Esses ativos correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear, no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Redução ao valor recuperável - Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado e ativo intangível. Portanto, a entidade não identificou qualquer evidência que justifique a necessidade de provisão. d) Passivos circulantes e não circulantes - Os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, quando aplicável. Provisões - As provisões são reconhecidas, quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para satisfazer a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Atividade Educacional - Concessão de bolsas totais e parciais - As escolas foram concedidas bolsas de estudo, cumprindo-se as exigências da Lei 12.101/09, e do Decreto nº 7.237/10, em todo que se aplica às escolas mantidas pela instituição. f) Atividade Socioassistencial - As despesas com a atividade socioassistencial gratuita foram efetuadas nos centros da Associação Pela Família que prestam serviços de forma inteiramente gratuita, respeitando os níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, nas seguintes categorias: • Proteção Social Básica, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Centros Gracinha, Clarisse, Girassol e Asas Fortes; • Proteção Social Especial, de Média Complexidade, serviço de proteção a pessoas com deficiência e a homens em situação de rua / abrigamento, nos Centros Arco-Íris, Caminho Novo, MÓVA e EJA da Escola Nossa Senhora das Graças; • Esses programas são realizados no município de São Paulo, do Embu e do Taboão da Serra, proporcionando aos usuários, em situação de vulnerabilidade e risco, um serviço que garante proteção social, fortalecimento de vínculos e formação da consciência cidadã. As crianças, adolescentes e pessoas deficientes são oferecidas refeições. A ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA integra a rede de associações assistenciais da: • Rede Butantã - SAS; • Federação de Obras Sociais - FOS; • Rede Cooperar - Cooperativa da Associação de Promoção e Incentivo à Criança; • Rede Brasileira de Entidades Assistenciais e Filantrópicas - REBRAEF; • Centro de Voluntariado Paulista. g) Totalização dos benefícios concedidos - Está demonstrada na Nota 11, em conformidade com a Lei 12.101/09 e Decreto 7.237/10.			

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em Reais - R\$			
7. IMOBILIZADO			
		2010	2009
Descrição	Taxa	Custo	Depreciação Acumulada
Imóveis e edificações	4%	18.718.673	(5.199.817)
Máquinas e equipamentos	10%	895.850	(454.264)
Veículos	20%	57.594	(28.413)
Móveis e utensílios	10%	1.223.786	(588.253)
Obras em andamento	0%	22.534	-
Computadores e periféricos	20%	2.078.870	(1.214.075)
Equipamentos de Audio Visual	10%	135.814	(11.965)
Benfeitorias imóveis de terceiros	10%	302.574	(279.318)
Terenos	0%	9.656.613	-
Total		33.092.308	(7.776.105)
8. INTANGÍVEL			
		2010	2009
Descrição	Taxas Anuais	Custo	Amortização Acumulada
Direitos uso de Software 5 anos	20%	460.474	(364.131)
Direitos uso de Software 3 anos	33%	55.870	(43.645)
Direitos uso de Software 2 anos	50%	26.942	(18.554)
Total		543.286	(426.330)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em Reais - R\$			
9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
		2010	2009
Empréstimo BNDES - Passivo Circulante		373.503	749.540
Empréstimo BNDES - Exigível a Longo Prazo		-	374.012
Total		373.503	1.123.552
A ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA, através da Cédula de Crédito Comercial nº 40/000169-5, celebrou, em 24/05/2006, com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e com o Banco do Brasil S.A., um contrato de FINAME, no montante de R\$ 3.141.557,50, cujos recursos financeiros foram destinados à ampliação da Escola Nossa Senhora das Graças. O contrato previa pagamento de 51 parcelas mensais, iniciando-se em 15/04/2007 e finalizando em 15/06/2011, com juros de 0,32% a.m., equivalentes a uma taxa anual de 4% a título de "spread", acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Em garantia, foi oferecido o imóvel da escola, localizado à Rua Tabapuá, 303 - São Paulo - SP. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 373.503, que corresponde a 06 parcelas a vencer.			
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS			
		2010	2009
Salários e honorários		-	-
INSS a recolher		77.864	78.415
IRGF a recolher		154.188	161.710
FGTS s/ salários		221.726	303.537
Outros		5.509	3.245
Total		459.287	566.907
11. 1 - Demonstrativo do cálculo e composição das isenções fiscais adequadas à Lei 12.101/09 e Decreto 7.237/10. ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS NA ATIVIDADE SOCIOASSISTENCIAL E EDUCACIONAL 2010 - 2009 - R\$			
ORIGEM		2010	2009
Receita com Ensino		26.445.771	25.439.479
(*) Inadimplência		(1.370.698)	-
Receita com Ensino efetivamente recebida		25.075.073	-
Receitas Financeiras		-	1.088.584
Receitas Diversas		-	499.063
TOTAL DAS RECEITAS		25.075.073	27.027.126
20% Conforme Legislação - total		5.015.015	5.405.425
15% Atividade Socioassistencial		3.761.261	-
5% Atividade Educacional		1.253.754	-
Recursos próprios correspondentes ao valor que ultrapassa ao exigido pela legislação		1.264.340	521.087
100% da Receita de Doações, Convênios e Parcerias		719.909	492.726
RECURSOS DESTINADOS À ATIVIDADE SOCIOASSISTENCIAL E EDUCACIONAL		6.999.164	6.419.238

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em Reais - R\$			
APLICAÇÃO			
Aktividade Socioassistencial - 21.46%			
Gestão Administrativa/ Pedagógica		-	739.992
Centro de Convivência Asas Fortes		990.402	860.595
Centro de Convivência Clarisse Ferraz Wey		518.075	440.325
Centro de Convivência Girassol		518.028	479.676
Centro de Convivência Gracinha		802.843	606.070
Centro Educacional Colibri		1.368.758	1.695.991
Centro Social Arco-Íris		401.881	319.312
Centro Social Caminho Novo		382.854	312.092
Centro Social Jardim Jaqueline		146.397	101.078
Educação Comunitária Ipê		3.887	214.413
Educação de Jovens e Adultos - ENSG		240.357	163.433
Subtotal (1)		5.381.482	5.932.977
Atividade Educacional - 6.46%			
Centro Educacional Colibri		456.253	-
Escola Nossa Senhora das Graças		343.385	207.947
Nova Escola		181.044	278.314
Subtotal (2)		1.617.682	486.261
RECURSOS APLICADOS NA ATIVIDADE SOCIOASSISTENCIAL E EDUCACIONAL		6.999.164	6.419.238
ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA			
Em atendimento a NBC T 10.19.3.3 item c (período de 2010), e ao Artigo 4º do Decreto Nº 2.536 de 06 de abril de 1998 (período de 2009), os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas estão demonstradas da seguinte forma:			
		2010	2009
Contribuição Patronal		3.201.652	3.017.274
RAT		178.386	147.155
Terceiros		702.214	662.195
Total		4.082.252	3.826.624

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em Reais - R\$			
11.2) Aplicação dos Recursos Destinados às Atividades Socioassistenciais e Educacionais			
Período de 2010			
Unidades da Atividade Socioassistencial	Matricula Geral	Famílias	Recursos Decr.7237/10
Centro de Convivência Asas Fortes	450	395	546.778
Centro de Convivência Clarisse Ferraz Wey	160	128	241.973
Centro de Convivência Girassol	205	193	515.738
Centro de Convivência Gracinha	200	144	436.233
Centro Educacional Colibri	418	352	912.840
Centro Social Arco-Íris	55	54	492.957
Centro Social Caminho Novo	520	58	381.983
Centro Social Jardim Jaqueline	112	-	98.515
Educação Comunitária Ipê	-	-	3.887
Educação de Jovens e Adultos - ENSG	46	-	240.357
SUBTOTAL (1)	2.166	1.266	3.761.261
Unidades Educacionais	Quantidade de Bolsistas	Lei 12.101/09 Decr.7237/10	Recursos Próprios
Centro Educacional Colibri	182	32.325	363.928
Escola Nossa Senhora das Graças	67	343.385	-
Nova Escola	131	818.044	-
SUBTOTAL (2)	380	1.253.754	363.928
TOTAL		5.015.015	1.264.340
Período de 2009			
Unidades da Atividade Assistencial Gratuita	Matricula Geral	Famílias	Recursos Decr.7237/10
Gestão Administrativa Pedagógica	-	-	704.838
Centro Educacional Gracinha	188	134	380.576
CEPE, Clarisse Ferraz Wey	203	157	248.543
Centro Educacional Colibri	466	393	1.693.760
Centro Educacional Girassol	212	194	470.216
Centro Educacional Asas Fortes	603	446	859.165
EJA- Educ.Jovens Adultos-Jd.Jaqueline	97	-	60.120
Educação de Jovens e Adultos	595	-	163.433
Caminho Novo	96	-	300.661
Arco Íris	167	80	310.736
Educação Comunitária Ipê	201	160	212.618
SUBTOTAL (1)	2.828	1.564	5.405.426
Unidades Educacionais	Quantidade de Bolsistas	Lei 12.101/09 Decr.7237/10	Recursos Próprios (15)
Escola Nossa Senhora das Graças	41	-	207.947
Nova Escola	71	-	278.314
SUBTOTAL (2)	112	486.261	486.261
TOTAL		5.405.426	521.087

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em Reais - R\$			
PARCEIR DO CONSELHO FISCAL DA ASPF			
acompanhamento dos trabalhos que deram origem a esse parecer. Enfatizou que os procedimentos e controles internos da Associação Pela Família estão adequados, não havendo recomendações ou mesmo correções a serem efetuadas. Ressaltou que a Entidade demonstrou ter aplicado durante o ano de 2010, valores superiores a 20% (vinte por cento) de sua receita base em atendimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e ao Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social e a isenção das contribuições para a seguridade social e manutenção do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social - CEAS. Concluiu informando que gratuidades concedidas e constantes desses documentos contábeis expressam valor superior à isenção usufruída da quota patronal de contribuição para a Seguridade Social. Cabe destacar o esforço pela adequação à legislação e à transparência, expressos na Demonstração de Resultados, e o metucioso detalhamento da adequação à legislação específica, conforme notas explicativas de nºs. 11.1, 11.2 e 15, ambos apresentando reclassificação do exercício anterior (2009) de modo a permitir oportuna comparabilidade entre os dois períodos. O Conselho Fiscal, considerando que as demonstrações contábeis e o relatório da análise representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Associação Pela Família, em 31 de dezembro de 2010, aprova esses documentos, encaminhando-os à Assembleia Geral Ordinária da Associação Pela Família para apreciação.			
São Paulo, 10 de março de 2011.			
Guilhermina Paula Santos Conselheira suplente		Paulo Brito Moreira de Azevedo Conselheiro secretário	

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em Reais - R\$			
CONSELHO DIRETOR			
São Paulo, 31 de dezembro de 2010.			
FRANCISCO AUGUSTO CARMIL CATÃO Presidente - CPF 293.287.728-34			
LUIZ MARCELLO MOREIRA DE AZEVEDO FILHO Vice-presidente - CPF 845.358.228-91			
DULCE CRISTINA BESERRA LIMA Conselheira - CRC 1 SP 171.352/0-0			
Guilhermina Paula Santos Conselheira suplente			
Paulo Brito Moreira de Azevedo Conselheiro secretário			

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em Reais - R\$			
ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA São Paulo - SP			
Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Pela Família, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.			
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis - A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude			

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT EXERCÍCIOS DE 2010 E 2009 - Em Reais - R\$			
RECEITAS	Nota explicativa	2010	2009
Recitas com atividades educacionais		26.445.771	25.439.479
Convênios, Parcerias e Doações		719.809	492.726
Recitas Financeiras	</		